



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 034/2023

(Plenária híbrida)

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte três, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, virtualmente, pela plataforma Google Meet, e na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Bairro Azenha, sob a coordenação da Presidenta **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO)**; Márcia, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Priscila Contini Marcondes e Andriw Quadros, **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS**; José Alfredo Nahas, **Parceiros Voluntários**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**; Lenira L. da Silva, **Círculo Operário Porto Alegrense**; Francine Idiart, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Theresinha Bastos, **Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA**; Andréia Gilli e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Sônia Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**; Glaubia Martins, **Secretaria Municipal da Educação – Smed**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

DEMAIS PRESENTES:

Luiz Henrique Daniel Teixeira Canti, **Administrativos CMDCA/FUNCRIANÇA**; Patrícia Costa Ribeiro, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

31 **2. Debates e Deliberações;**

32 **2.1. Comissões: Executiva, Finanças, Políticas e Reordenamento;**

33 **3. Informes.**

34 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

35 **1. ABERTURA;**

36 **2. DEBATES E DELIBERAÇÕES:**

37 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
38 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Boa tarde. Já trazendo como retorno, hoje, às 16 horas, estarei
39 participando de uma reunião com o Fórum e o Prefeito. Então, os assuntos serão puxados pelo
40 GT Negociação do Fórum, que vai ser sobre educação infantil, educação integral, serviço de
41 convivência, que dentro da Fasc tem os aditivos e alguns outros assuntos ali também. Dentro
42 da Smed a própria questão da educação integral, repasses que não foram atendidos, também o
43 ensino fundamental. Então, um dos temas que a gente trouxe para poder levar junto ao
44 Prefeito é poder agendar uma reunião do CMDCA já com o Prefeito, porque estamos com
45 muitas demandas e a gente precisa dessa com o Prefeito. Então, ficamos de encaminhar depois
46 o ofício com a pauta, para quero ver se já consigo sair de lá com a agenda. Primeiro eu agendo
47 e depois eu reclamo do que eu quero. Vamos tentar, né! **Theresinha Bastos, Movimento,**
48 **Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** E a demanda principal
49 qual é o nosso espaço? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
50 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Eu acho que a questão é sim dos espaços e a
51 questão dos atrasos de repasses. São questões que nós estamos precisando rever. Semana que
52 vem vamos estar agendando uma reunião com a Rochele, da SMDS, para ver algumas
53 questões de fluxos e pendências. Então, vou colocar depois no grupo do CMDCA para vocês
54 poderem me mandar algumas coisas que vocês têm de pendência, alguma instituição que esteja
55 entrando em contato, algumas pendências do próprio CMDCA, interno realmente, para a gente
56 poder ver o processo. Aí eu já peço que encaminhem com o número de SEI, que é mais fácil
57 para a gente poder ver e encaminhar melhor, para ver o que é fluxo e o que não é fluxo. Outra
58 questão é sobre as nossas atas, eu estava falando com a Kátia e a Patrícia como a gente
59 poderia ter acesso e como estar passando essas atas para serem aprovadas aqui também.
60 Então, a combinação que a gente fez é que a Patrícia vai estar enviando para o e-mail do
61 CMDCA, para a Kátia, até domingo ou segunda-feira, para que a Kátia anexe em um SEI e
62 através desse SEI nós vamos ter acesso a todas as atas. Nessas atas vai ter uma parte sobre os

63 encaminhamentos ou resumo, uma síntese, onde terão os encaminhamentos e o que foi votado,
64 algo assim, mas de forma mais prática. Nós estávamos com algumas resoluções e atas com
65 pendência de data, não é pendência, mas, por exemplo, foi aprovado dia 10 e na resolução
66 estava dia 14. Coisinhas assim. Então, para a gente poder organizar melhor, aí a gente tem que
67 retornar a rever as atas, aí podemos estar trazendo no início da plenária de alguém tem alguma
68 questão na ata ou não, porque vai estar à disposição de todos, para todos fazerem correções
69 ou olharem processos que passaram ou não. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento**
70 **pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** Então, vou ler todas as atas, porque
71 desde que cheguei não vi. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
72 **do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Não exagere, Theresinha, porque todas as
73 atas não vai ler, vamos combinar daqui para frente. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**
74 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Um cuidado que tínhamos há alguns anos atrás é
75 porque aqui temos discussões, temos questões que vão sendo discutidas e temos que tomar o
76 cuidado de que forma chega para uma entidade, porque aqui é um espaço bem franco e aberto
77 para a discussão. A Patrícia fazia a síntese, nós aprovamos, onde iam só os assuntos e
78 deliberações, a discussão, esta que nós fazemos aqui não ia para o site, para não acontecer um
79 risco, como aquele que fizemos na semana passada de por que não deram o registro. Então,
80 isso é uma discussão nossa, não precisa expor. Então, a gente aprovava a síntese. **Carolina**
81 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**
82 **(TOPOGIGIO):** E na mesma linha o que a gente poderia publicar no site é a síntese, porque
83 fica ali que no dia tal passaram tais assuntos e tais instituições, porque o grosso da discussão
84 não interessa aos demais. Lógico, a gente sabe que a Patrícia tem o cuidado de às vezes a
85 gente estar brincando, porque a gente acaba brincando aqui, a brincadeira não vai para a ata,
86 mas mesmo assim, pode escapar alguma coisa e não é o interessante. Então, a gente pode tirar
87 isso. Viu, Kátia? Vai para o site somente a síntese das atas. Ok? Outra questão, amanhã temos
88 a homenagem para o CMDCA, na Câmara de Vereadores, às 14 horas. Eu conto com a
89 presença de vocês, para que seja muito mais bonito com todos nós lá. Já fizemos o convite
90 para as autoridades, os vereadores. Nós fizemos o convite para as instituições. Então, é para
91 ser um momento bem legal, bem bonito para todos nós. Outra quando, ontem a Theresinha, o
92 Carlos e eu conversamos com a Deputada Adriana Lara. Eu esqueci de passar para a Comissão
93 de Políticas, mas já vou passar, a proposta de lei, é um projeto de lei, na verdade, que ela
94 trouxe para a gente poder analisar. A proposta dela, o título, proíbe a participação de crianças

95 e adolescentes em eventos com cunho sexual, apologia de gênero, exibição de cenas eróticas,
96 pornográficas ou incentivo de uso de drogas no território do Estado do Rio Grande do Sul.
97 Depois tem o projeto aqui, são quatro artigos e tem a justificativa também. Então, vai para a
98 Comissão de Políticas para a gente poder se manifestar. Ela pediu que a gente possa se
99 manifestar de forma bem tranquila, nada tão formal, mas a ideia é de que cada projeto que
100 estiver voltado a crianças e adolescentes, tendo Porto Alegre como a Capital, ela vai solicitar
101 um parecer nosso, digamos assim. Eu vou passar para vocês darem uma olhada. Nós até
102 mencionamos que havia um projeto semelhante feito pela Comandante Nádia, mas era voltado
103 à questão com os recursos públicos, se eu não me engano. Então, com recurso público não
104 poderia ter. Aí ela trouxe uma questão um pouco maior. Na saída nós conversamos um
105 pouquinho, que apesar dessas questões já estarem no ECA, reforçadas ali, sempre é válido
106 reforçar, mas a gente poderia estar sugerindo outra forma de texto ou talvez uma forma mais
107 abrangente e não fixando tanto. Ela trouxe o exemplo de que houve uma marcha da
108 legalização do uso da maconha e que tinha crianças na frente da marcha. **José Alfredo Nahas,**
109 **Parceiros Voluntários:** Olha, eu estou lendo aqui e acho bem complicado o que ela está
110 colocando no artigo dela. Eu sou contra. Ela coloca assim: “Fica proibida a participação de
111 crianças e adolescentes em eventos de cunho sexual ou apologia de gênero, exibição de cenas
112 eróticas...” Ok! “...incluindo Parada de Orgulho LGBTQI+”. Eu sou totalmente contra. É bem
113 complicado. Qual o problema de você levar uma criança ou filho teu? O mundo mudou. Eu
114 como CMDCA não concordo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
115 **Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Por isso nós falamos do texto ser
116 mais amplo. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Ela não pode partir da premissa
117 que Parada LGBTQI+ é de cunho sexual. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
118 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Foi o que eu
119 trouxe ontem na questão da Parada LGBT, porque hoje ela está mais para um movimento
120 cultural do que qualquer outra situação. Hoje não vão só pessoas na parada que são
121 LGBTQI+, vão famílias de forma geral, vai todo mundo. Então, nisso a gente tem que pensar.
122 **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Da forma como está escrito não dá. **Glaúbia**
123 **Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** Eu queria pontuar, ainda na fala do
124 Zé Nahas, que em São Paulo, depois da Parada LGBTQI+ deste ano suscitou também na
125 Câmara de Vereadores de São Paulo, Capital, um movimento parecido para criar leis. Aí veio
126 todo um antemovimento, porque nós não podemos esquecer que há pais e mães homoafetivos,

127 que levam seus filhos e estão exercendo um direito constitucional à paternidade e à
128 maternidade. Então, essa parte específica que o Zé pontua é muito complicada. A Parada
129 LGBTQI+no passado, porque no Brasil o histórico dela é de 50 anos, nasceu sim com um
130 cunho muito mais libertador, com exposição sexual. Só que nós não podemos tirar isso, que é
131 um direito constitucional de pai e mãe exercer de levar ou não seus filhos, aí a gente tem que
132 contar com o bom sendo. Agora, legislar e limitando esse direito, que é constitucional, acho
133 perigosíssimo. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local**
134 – **SMGOV:** Eu achei interessante a aberturada deputada em nos receber. É melhor nos receber
135 para a gente fazer o que estamos fazendo, que é ler, analisar, debater e fazer sugestões de
136 alteração, porque ela disse que acolheria as nossas sugestões, que passaria todo e qualquer
137 demanda da área da infância e juventude a partir de agora. Achei pertinente. Creio que a gente
138 deva fazer essa análise para lá da tipologia do evento ou do contexto. Eu pesquisei aqui
139 rapidinho, a Parada LGBT de Porto Alegre 2023 atinge 150 mil pessoas e a Feira do Livro do
140 ano passado, dos 250 anos, 72 bancas, 1 milhão de pessoas em 10 dias. A nossa preocupação
141 tem que ser sempre a mesma, crianças de perdem nesses eventos e megaeventos. O trabalho
142 infantil acontece nesses eventos e megaeventos. Se estão acompanhadas não é um problema, se
143 tem ali o familiar, as pessoas da sua composição tranquilizo. Agora, o que a gente tem que
144 debater com a deputada e a gente conseguiu conversar um pouco com ela obre isso ontem, é
145 que o trabalho infantil está se alastrando, a situação de rua é real, a Cidade dos Trilhos voltou,
146 aconteceu o que tínhamos em 2021, a gurizada está vindo de Novo Hamburgo para cá via
147 Trensurb para vender Mandolate e depois volta no final do dia. Então, nós temos que fazer as
148 nossas representações de Competi, de Evesca, de todas que o CMDCA tem, fazer prevalecer
149 também esses projetos de lei dos vereadores e deputados. A minha sugestão é que a gente faça
150 essa análise nas comissões, faça sugestões e leve para ela de volta aquilo que a gente necessita
151 de monitoramento de políticas, de campanhas, como a gente pediu para ela nos apoiar com a
152 questão da Trensurb, assim outros deputados e vereadores também. Eu só acho estranho que a
153 Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente nesta gestão não nos convida para nada,
154 também não sei se vai estar amanhã na homenagem e não estimula nada de inclusão e proteção
155 às criança e adolescentes. **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:** Eu acho que
156 esse trecho do artigo, a elaboração do texto está bem tendenciosa e com um om juízo de valor
157 da deputada, porque uma marcha pela legalização da maconha não significa que é uma marcha
158 de incentivo ao uso de drogas. Muito pelo contrário, também muito dessas pautas são lutas de

159 pessoas com epilepsia e outras condições, como até o câncer, que o Canabidiol e outras
160 substâncias derivadas da maconha, que não são psicoativas, é uma luta por uma questão de
161 saúde. Então, eu acho que pais e seus filhos não deve ter esse direito cerceado. Outro ponto é
162 esse trecho: “apologia de gênero”. O que isso significa? Gênero é masculino, femininos,
163 podemos incluir não binário com essas novas discussões. Mas o que seria uma apologia a isso?
164 Gênero é um conceito estabelecido, não tem como fazer, vai fazer apologia a quê? À mudança
165 de gênero de uma criança? É isso que ela quer dizer aqui? Não sei, enfim. **Carolina Aguirre**
166 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**
167 **(TOPOGIGIO):** E a idade para que tu possas escolher o que quer ser. É fala dela. Também
168 falou na questão se a gente sabia que hoje em dia já tem hormônios sendo aplicados em
169 crianças para já a mudança ou impedir a mudança do corpo, algo nessa linha. **José Alfredo**
170 **Nahas, Parceiros Voluntários:** Bom, de novo, da forma como está é muito mais na questão
171 moral dela, que sou totalmente contra e a gente tem que tomar muito cuidado, Carol. Eu não
172 sou conhecedor do ECA na sua íntegra, mas imagino que no ECA já conste isso que ela está
173 colocando em relação. Então, eu fico sempre me perguntando o que ela está legislando?
174 Porque para mim se já tem a lei que me diz em relação á proibição das crianças nessas questões
175 eróticas, que é mais que notório, aqui está tendo uma questão muito mais tendenciosa em
176 relação à questão da moral da cabeça dela, sexual. E a gente como CMDCA, como Conselho,
177 tem que tomar muito cuidado. O mundo mudou, gente! Entendeu? Eu sou um cara casado
178 com outro homem há 18 anos, eu tenho dois filhos. O mundo mudou e isso me irrita
179 profundamente traz esse tipo de preconceito que ela está trazendo. **Carolina Aguirre da**
180 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**
181 O ECA já traz, eu tenho certa resistência a criar lei sobre lei para reforçar a lei. Eu não gosto
182 disso. Ah, mas tem que ser dito o óbvio! Concordo1 tem que ser reforçado! Concordo! É triste
183 fazer uma lei para dizer que tu não podes maltratar, judiar, punir com agressões físicas o teu
184 filho. Isso não teia nem que ser dito, teria que ser uma coisa lógica, óbvia. Ok! Acredito que o
185 que a gente poderia tentar tirar desse suco azedo um sabor talvez é colocar na questão do uso
186 da imagem dessa criança, talvez nessa linha. Por exemplo, aquele jogo do Inter em que aquele
187 homem filho de uma boa mãe foi com uma criança no colo dar um soco em outra pessoa,
188 lembram? Mas assim, o problema não era ele levar o filho no jogo, o problema foi ele estar
189 com o filho no colo no momento em que queria brigar com outra pessoa. Então, não tem o
190 problema de levar teu filho, o problema é usar o teu filho até mesmo como escudo para agredir

191 outra pessoa. Isso é outra situação. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas, Carol
192 ainda dá para se basear na lei e acionar o cara. É isso que eu quero dizer. **Sônia Vieira,**
193 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Carol, nós aqui e os colegas que estão no virtual
194 não conseguimos ler esse ofício, eu não conheço a deputada, então, penso em abrir primeiro
195 um processo SEI, se for o caso, disponibiliza por e-mail, enfim, mas disponibilizar a todos os
196 Conselheiros para que todos tenham ciência do que ela está pedindo. A gente não consegue
197 enxergar e nem ler o que está aí, enfim. Segundo, temos que ter o cuidado de não estarmos
198 servindo de manobra para ela impor alguma coisa que seja somente do interesse dela e não do
199 Conselho e também não de quem a gente representa. E nós temos a nossa PGM, que pode nos
200 orientar de que maneira podemos responder isso. eu acho que fica muito mais alinhado com a
201 PGM, porque diz que pode responder de maneira informal, mas o Conselho não vai responder,
202 não existe uma resposta de maneira informal. Então, assim como ela mandou um ofício
203 pedindo a presença do Conselho no Gabinete dela, assim o Conselho também tem que se
204 manifestar depois no parecer formal. E eu concordo com o Zé, só que eu também entendo que
205 a gente vai ter que ter o conhecimento do que diz esse ofício. **Carolina Aguirre da Silva,**
206 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** O Zé
207 está tirando foto do ofício para colocar no grupo para vocês. Então, para esse material nós
208 vamos criar um SEI para que a gente possa estar se manifestando. Kátia, vamos encaminhar a
209 partir do SEI uma consulta para a PGM, para que possa se manifestar. eu acho que a questão
210 fica bem encaminhada para que a gente possa estar respondendo como Conselho realmente.
211 Ela disse para responder pelo Whats, mas jamais ia responder de uma forma tão corriqueira,
212 tão casual. Então, para que a gente possa também estar organizando o que é e jamais servir
213 também de manobra. **Glaubia Martins, Secretaria Municipal da Educação – SMED:** As
214 falas da Eduarda e do Zé foram muito felizes, porque a gente não sabe, tem muita gente
215 querendo pegar carona e aqui eu falo do grupo de políticos mesmo, embaixo dessa pseudofrase
216 da moral e dos bons costumes, que é abaixo a ideologia de gênero. A pergunta da Eduarda foi
217 muito pertinente, embaixo disso, eu como linguista, digo para vocês que cabe um monte de
218 coisa. É aí que mora o perigo, senão vamos cair na lei pela moralização disfarçada de lei para
219 regular, mas para regular nós temos o ECA, a Constituição, que são leis maiores. O ECA é
220 uma emenda constitucional. Então, não é assim, porque já está lá dentro do ECA quais soa os
221 locais e horários adequados, o que se deve evitar em termos de proteção á criança e ao
222 adolescente. Não precisamos de mais leis, concordo *ipsis literis*, não precisamos de legislação

223 para reafirmar o que já está posto. Foram 30 anos de batalha para fazer valer o ECA. Carlos,
224 eu concordo contigo em um ponto, da tua fala total ali, que é em relação ao trabalho infantil,
225 ao invés de estar discutindo que ele voltou e o trabalho continua, acontece, eu diria, que na
226 maioria dos lares brasileiros. Então, a sociedade fechou os olhos, principalmente no período
227 pandêmico e agora no pós-pandemia para algo que é muito sério, é muito grave. Atrás disso,
228 agora, vem esse movimento para salvar as crianças e adolescentes da ideologia de gênero, seja
229 lá o que cada um entenda com isso, porque não há uma definição clara e isso não é discurso
230 político. Lugar de criança é na escola e a sociedade falha todas as vezes que o direito de uma
231 criança, de um adolescente é violado e o trabalho infantil é uma violação gravíssima, é uma das
232 piores, conforme o manualzinho da ONU. Depois que a gente resolver o trabalho infantil e
233 outras formas de violação, podemos discutir o que realmente a sociedade brasileira quer e
234 entende como ideologia de gênero, que seja em um espaço adequado, que não é esse. **Frei**
235 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu também
236 acho que não é uma questão de escolha, ninguém escolheria uma questão de gênero para sofrer
237 preconceito, violência, o que a gente está cansado de ver todos os dias nas notícias por este
238 Brasil e por este mundo afora. A gente viu no cenário político toda a questão do fascismo, da
239 instrumentalização da moral religiosa, dos ditos bons costumes, no sentido de um uso político
240 muito perigoso. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança**
241 **Local – SMGOV:** Eu vi agora a foto que o José botou no grupo e olto a dizer, concordo que
242 a gente tem que abrir o SEI, fazer a análise, mas reafirmo a sugestão da gente fazer a análise
243 para além disso que ela traz aqui, porque ela nos pediu análise e sugestões. Então, o debate é
244 para análise e sugestões de alterações diversas. Eu lendo de novo consigo enxergar, talvez
245 porque eu esteja participando mais da questão do enfrentamento ao trabalho infantil, a situação
246 de prevenção de violações de direitos e violências que é o seguinte, é um dado alarmante 5pss
247 por dia somem em Porto Alegre. Sabemos disso? Onde estão os cartazes, aqueles que tinham...
248 **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas você acha que uma lei vai resolver,
249 Simões? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**
250 **SMGOV:** Não, só um pouquinho, deixa eu fazer meu pensamento primeiro. Eu acho que
251 existe um afastamento das políticas públicas em geral, não só da área de segurança, mas de
252 todas, que a gente não está se dedicando a pleno e depois que a coisa aconteceu já virou
253 acolhimento institucional, já virou Crai, já virou situação de rua-morada, não é mais rua-
254 sobrevivência. Então, eu enxerguei o documento dela para essa temática que a gente tem

dentro dos conselhos. Então, temos que sugerir “isso não”, “isso não”, “isso não”? Com certeza! Mas eu também vejo a oportunidade seguinte, o que o poder público e as cidades do Rio Grande do Sul estão fazendo para enfrentar as crianças que se perdem e as crianças do trabalho infantil? Está tendo a Expointer, tem algum trabalho de monitoramento do trabalho infantil lá? Não! E tem já inúmeras denúncias. Eu tive hoje de manhã uma reunião com a Secretaria Região de Trabalho e Emprego. Então, a coisa existe, é grave e ela faz várias propostas que nós não temos que concordar, mas nós temos que rebater e sugerir o que nós precisamos. Na minha opinião, precisamos de campanhas, muitas campanhas. **Glaúbia Martins, Secretária Municipal da Educação – SMED:** Desculpa os que estão inscritos, mas eu preciso falar. Campanha sim, nós dois somos “gov” aqui, mais os que são “gov”, sabemos que havia uma campanha no passado não tão distante dentro da secretaria que eu aqui represento, exatamente para desmobilizar o trabalho infantil, era pioneiro e exemplar. Só que isso foi parar onde, Carlos? Eu não sei se isso não é pauta para levar para o Prefeito, porque havia uma comissão dentro da Smed articulada com a Fasc, com os Conselheiros Tutelares e isso se perdeu. Foi exemplo para outros Estados, que é a Ficaí, que é um instrumento belíssimo, o aluno que está na escola não está trabalhando, pelo menos não está na rua mendigando. Concordo contigo nesse ponto, quem sabe tenhamos que ressuscitar algo em Porto Alegre que foi importante, tem livros publicados sobre isso, tem gente dessa época ainda dentro da secretaria... [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Nós temos inscritos, pessoal! E temos que encaminhar. **Priscila Contini Marcondes, Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Eu agradeço, a linha fala é em decorrência da boa fala do Calo, do Zé e do Frei. Eu só peço que as falas sejam espaçadas e cada um fale na sua vez. O Frei estava trazendo algumas informações muito relevantes em complemento ao que o Zé havia falado. Então, eu devolvo a palavra e só peço que, por favor, não se sobreponham também às falas das organizações da sociedade civil, em especial as pessoas que têm um vasto conhecimento e muito antigo. O Frei tem algumas informações relevantes e eu gostaria de ouvir e não foi possível, mas obrigada, Carol. **Sônia Vieira, Secretária Municipal da Fazenda – SMF:** Eu li agora o documento, mas esse documento aqui, com todo o respeito, eu acho que a gente está tirando a autonomia da família, dos pais definirem para onde vão essas crianças. Assim, são coisas distintas, Carlos, do que tu colocas. Campanha ok, contra o trabalho infantil, é uma série de coisas, mas não o que ela está colocando ali. Então, eu

287 concordo com o Zé, é uma lei em cima de outra lei que é em cima de outra lei, a gente não
288 precisa disso, podemos fazer campanhas e outras ações, mas trabalharmos de outra forma, mas
289 não uma lei que vai dizer o que eu como pai ou mãe vou definir. Então, talvez a gente esteja só
290 jogando que tem uma lei que tu não podes fazer isso, não pode levar teu filho ali, não pode
291 levar teu filho ali e aqui. De novo, quem define isso é a família, no meu entendimento, não
292 precisamos desta lei aqui, eu não consegui enxergar nada que vá acrescentar para a criança
293 dentro desse projeto dela. Essa é a minha visão, mas, enfim, a gente vai conversando.

294 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
295 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok. Então, vamos criar um processo SEI para que a gente possa
296 ter essa visibilidade e poder estar encaminhando à PGM para a gente poder estar respondendo
297 de uma forma com contexto, na verdade. E penso que no momento da resposta entra o que o
298 Carlos está falando, que é da gente não fechar as portas com a deputada, mas poder sugerir
299 algumas pautas e questionamentos para que o futuro a gente possa estar encaminhando outras
300 questões também. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e**
301 **do Adolescente – MDCA:** Eu fecho contigo, eu acho que essa foi a finalidade, pelo menos
302 para mim, o fato dela abrir o Gabinete dela, seja do PMDB, do MDB, de quem for, para a
303 gente sugerir uma assembleia. Isso eu achei importante, a única coisa. **Carolina Aguirre da**
304 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**
305 Isso! Nós já solicitamos que ela agende uma pauta com o presidente da Trensurb para a gente
306 conversar sobre a questão do trabalho infantil em que está sendo um meio de circulação,
307 digamos assim, como o Carlos trouxe. Também questionamos sobre a Aprendizagem da
308 Trensurb. Aí ficamos nos questionando se a Trensurb em algum momento teve aprendizagem,
309 as cotas. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**
310 **SMGOV:** Eu descobri hoje de manhã, com a Dra. Denise Brambilla, que eles têm 12 jovens
311 aprendizes e pela lei eles teriam que ter 38. Então, quando a gente fizer a visita na Trensurb
312 para retomar a campanha de trabalho infantil na Cidade dos Trilhos, no final da conversa já dá
313 para reivindicar o cumprimento de lei. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
314 **Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Ok. Vamos seguir na nossa pauta.
315 Nós recebemos uma solicitação de verba emergencial da Instituição Centro Educacional Santa
316 Catarina, que a Luana está presente na plenária. No período da chuvarada a instituição alagou
317 e se perdeu praticamente toda a mobília da instituição. Eu fui atrás do escritório e já encaminhei o
318 SEI, depois encaminho para a Comissão de Finanças para a gente poder apreciar. Nós estamos

319 solicitando para a instituição um miniprojeto, porque foi só pedido a verba. Então, a gente
320 precisa entender, Luana, o que vocês precisam, aí pode descrever. Precisa da justificativa, o
321 projeto, descreve ali tudo. No ofício já tem as fotos do que aconteceu, os estragos e tudo mais.
322 São bem fortes as fotos, uma judiaria com tudo, mas para poder instrumentalizar o projeto é
323 melhor, principalmente a questão do que a instituição precisa comprar. **José Alfredo Nahas,**
324 **Parceiros Voluntários:** E também precisamos de três orçamentos na Comissão de Finanças, o
325 que puder já encaminhar para a gente também poder agilizar. **Carolina Aguirre da Silva,**
326 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** O que
327 puder enviar é melhor. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Envia para a Comissão
328 Mista, aí a gente trata em caráter emergencial. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
329 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Se estiver com
330 toda a documentação a gente pode enviar para a Executiva e já trazer para a plenária. **José**
331 **Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas na mista entra em caráter emergência e as
332 comissões já resolvem. Se faltar alguma coisa a gente já liga para a instituição, como a gente
333 sempre faz. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:**
334 Carol, tinha outrora uma discussão do que se definiu como emergencial, até para o Conselho
335 ter um critério de quando atender, tinha uma resolução do Conselho que definia. Na época
336 surgiram vários pedidos e nessa resolução dava as orientações. **Carolina Aguirre da Silva,**
337 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Kátia,
338 veja para nós essa resolução, por favor. Essa é uma resolução de verba emergencial, deve ser
339 de 2014, de acordo com a memória da Patrícia. Só para a gente ver o que está lá, para que a
340 gente não fique decidindo algo que decidimos lá. Mais alguma coisa, além dos assunto que a
341 gente já trouxe? **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:**
342 Nós temos ver a Resolução nº 150, reforçando que a gente tem recebido projetos... **Carolina**
343 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**
344 **(TOPOGIGIO):** Sim, eu tinha falado de deixarmos como tema de casa, da gente ver. A Elaine
345 colocou algumas coisas em relação ao projeto e isso a gente trouxe que conforme a gente vai
346 fazendo o projeto é que vamos ver o que está com problemas, repetições e coisas assim. A
347 gente tem que botar um marco e acredito que o marco é a publicação da resolução, a partir de
348 que data que a gente vai receber, de acordo com os novos anexos. **José Alfredo Nahas,**
349 **Parceiros Voluntários:** Mas na resolução está bem claro isso. **Carolina Aguirre da Silva,**
350 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A

351 contar da data da publicação? **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** A partir da
352 publicação, os novos projetos têm que vir no novo modelo e aqueles que entraram antes serão
353 apreciados de acordo com o modelo. Está bem claro, ficou bem colocado isso. **Carolina**
354 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC**
355 **(TOPOGIGIO):** No site não estava. Também ainda estão os anexos anteriores. Kátia, isso
356 nós vamos ter que atualizar os anexos da Resolução nº 150. Gurias, sendo a chata da história,
357 nós vamos ter que devolver para as instituições para que atualizem no modelo correto.
358 **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** A gente já está
359 fazendo esse fluxo, a gente só quis pautar isso porque é relevante em relação a isso trazer uma
360 comunicação para que as outras entidades que também apresentarem projetos não precisem ter
361 esse retrabalho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
362 **da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Baita retrabalho! **Márcia, Associação Cristã de**
363 **Moços do RS – ACM:** Porque no fim as instituições que estão sabendo são as que estão
364 dentro do CMDCA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
365 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Acho que não mandamos para o Fórum da
366 Resolução nº 150. O João quer falar. Está sem microfone. Digita no chat, então, João. Olha o
367 Carlos (chat): “Há mais uma informação na PGM vetando a função do captador? Se sim
368 precisamos fazer as nossas considerações nesse SEI para análise do Procurador-Geral Roberto
369 Rocha”. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local –**
370 **SMGOV:** Porque hoje de manhã, refletindo e conversando sobre esse assunto, acho que vai
371 ter reanálise. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
372 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Sim, tem que ter. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**
373 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Por causa do registro daquela instituição da
374 semana passada, eu fui lendo várias resoluções, depois até queria fazer uma consideração.
375 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
376 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Só vamos passar umas questões do Conselho Tutelar, não
377 podemos esquecer. O Paulo está em uma reunião no GP. Então, só para a gente poder saber,
378 na segunda-feira nós tivemos o sorteio dos números de urna dos candidatos, foi na segunda-
379 feira lá na Câmara. No dia 18, às 14 horas, ainda está a ser fechado o local, mas vai ter a
380 formação para o que pode e não pode na campanha do Conselho Tutelar. Então, é interessante
381 que a comissão esteja lá em peso. Em princípio é para ser na Câmara, só estamos vendo a
382 cedência certinha do local. Nós já estamos notificando aqueles cinco candidatos que o

383 Ministério Público indicou há duas semanas atrás, lembram? O Ministério Público tinha
384 encaminhado alguns questionamentos sobre alguns candidatos, nós já estamos notificando para
385 dar o período de defesa para eles. Temos outras duas impugnações também, que estão a
386 chegar em curso e fomos notificados também de um mandado de segurança pelo Candidato
387 Joel, da Micro 04, que foi reprovado na prova porque não marcou adequadamente os campos
388 da resposta, indo contra ao edital e ao próprio cartão de respostas. Então, ele está entrando
389 com o mandado do segurança para poder concorrer, vamos ver quais são os próximos passos.
390 Nós precisamos atualizar também, Kátia, no site do CMDCA os dados sobre a eleição, tudo,
391 urnas, candidatos, as listagens, porque só tem o Edital 01 e acho que a correção do edital, na
392 verdade. Pode ver com o Paulo o que tem que colocar lá, porque como vai ser a Rossana que
393 vai estar atualizando, aí pode ver com o Paulo o que precisa estar no site para vocês anexarem.
394 O João Virgílio, então, nós estávamos no processo de poder ver o processo, mas o
395 Conselheiro Rafael, que era a pessoa que tinha entrado com recurso, com a denúncia, na
396 verdade, depois entrou com um recurso e ganhou um mandado de segurança zerando todas as
397 decisões que a gente não tinha tido, porque o Juiz entende que a gente não ouviu o Rafael, a
398 policial e talvez demais testemunhas. Então, a PGM nos orienta que a gente reabra a Comissão
399 Especial com poderes de Comissão Eleitoral, dando um prazo de mais uns 30 dias ou até 30
400 dias para que essa comissão possa fazer a escuta de todos os demais envolvido, aí emitir novo
401 parecer. Compreenderam? **Aline Borges, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e**
402 **Juventude – SMELJ:** A mesma comissão? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
403 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A mesma
404 comissão. Eu não tinha falado contigo, Aline, e nem contigo, Letícia, só tinha falado com o
405 Rodrigo, mas, então, para a gente poder reabrir essa comissão com o prazo de até 30 dias. Isso
406 sim nós precisamos votar para que aconteça todo o rito normal. **Francine Idiart, Instituto**
407 **Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Mas para além da Brigada, para além do
408 Rafael, se escuta as testemunhas de novo, a esposa, as pessoas que estão no processo?
409 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
410 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Na verdade, vai ter que se ver todas as pessoas citadas no processo
411 para serem ouvidas. E penso que isso tem que se destrinchar. Ah, quer apresentar alguma
412 testemunha? Apresenta! Eu penso dessa forma, as pessoas do processo. **Francine Idiart,**
413 **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** As que foram ouvidas e as que
414 não foram ouvidas? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**

415 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Isso. penso que todas as pessoas que estão
416 envolvidas no processo original, que pelo que eu li seria a policial, o conselheiro que fez a
417 denúncia, alguma outra testemunha que se tenha. Eu penso que é isso, para a gente poder
418 destrinchar o máximo, fazer a escuta de todos, dar direito à defesa para todos e fazer o
419 processo de forma mais fluída, digamos assim. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:**
420 A comissão tem esse poder de julgamento? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
421 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** De acordo com o
422 edital sim. A Comissão Eleitoral pode julgar qualquer denúncia na primeira instância, após a
423 decisão da comissão, se a pessoa ainda se sente prejudicada entra para o Conselho, que é a
424 final. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Mas nesse caso ele já não entrou no
425 judiciário? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
426 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Sim, aí eles entenderam lá que foram feitos os
427 procedimentos talvez errados, em que não foram ouvidas todas as pessoas envolvidas. Eles
428 anularam até aquele momento. Então, a gente tem que restaurar a comissão e começar da
429 comissão para cá tudo de novo. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**
430 **Francisco de Assis – CPCA:** Olha, eu estive presidindo uma eleição, acompanhei outras, mas
431 nós tínhamos sempre um papel muito ativo da presença da PGM, com um procurador do
432 Município que orientava. Isso tem implicâncias muito grandes, eu acho tão complicado a gente
433 tentar restabelecer uma justiça, se é para reparar o que foi feito naquele momento, que a gente
434 deveria enquanto Conselho... E eu não me sinto capaz, não sei quem foi a comissão aqui, sem
435 ter esse apoio. Talvez tenha que buscar o procurador do Município para poder a gente
436 subsidiar como que a gente vai fazer essa escuta, senão vai ficar uma celeuma, cada vez uma
437 bola de neve maior. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
438 **Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Quando chegou a decisão nós encaminhamos
439 para a PGM, a PGM nos respondeu de que cabe ao Conselho, de acordo com o edital, fazer as
440 tomadas de decisões. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis**
441 **– CPCA:** Eu concordo com isso. Mas nós temos que chamar a PGM para estar junto aqui,
442 para construir os pareceres também tecnicamente. Eu sei que temos alguns advogados aqui no
443 nosso meio que podem ajudar, mas a PGM tem esse papel por causa de algumas implicâncias
444 que incidem na vidade Município, uma é se o cara for reclamar que foi injustiçado há 4 anos
445 atrás, ele deixou de receber o seu salário. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos**
446 **Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** Pelo que eu li do processo, ele vai pedir e

447 vai ganhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
448 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Exato. Mas quero referendar o que a Priscila falou em
449 outras plenárias, ela, o Rodrigo e outros. Penso de que a gente possa sugerir à comissão para
450 ouvir até os próprios componentes da antiga comissão, os componentes que eram os
451 funcionários. O que acontece? Ah, foi o processo feito de forma um pouco distorcida. Ok,
452 então, como foi? Como não foi? Sei que não é uma competência nossa, mas, ao mesmo tempo,
453 a gente tem que pensar também na questão de não fazer esse erro em 2023. Então, olha o
454 valor que é sim para o Município se tiver que fazer um pagamento retroativo. Então, são
455 questões assim. A Priscila e depois já vamos encaminhar. **Priscila Contini Marcondes,**
456 **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Não, é somente a respeito da fala do
457 Frei. Sim, embora tenhamos profissionais da área do Direito atuando aqui, eu sou uma, mas
458 não é a nossa atribuição, não é a competência. Eu não tenho nem autorização para atuar
459 respondendo questões jurídicas dentro do Conselho, independente do assunto. A Aline Stoll é
460 a profissional competente e responsável, designada para essa atividade. E no meu
461 entendimento, aí falando como Conselheira, por ter um pouco de bagagem jurídica também, a
462 Aline Stoll deveria estar acompanhando todas essas falas desde o início, que essa é de
463 responsabilidade dela. Então, salvo melhor juízo, esse é o meu parecer, é assim que deve ser.
464 **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Concordo
465 plenamente, Priscila. Quem em última instância responde do ponto de vista jurídico é a PGM,
466 nós podemos contar com a capacidade técnica de vocês em nos ajudar, mas a PGM tem a
467 tarefa de subsidiar. **Priscila Contini Marcondes, Federação Espírita do Rio Grande do Sul**
468 **– FERGS:** Exatamente. **Aline Borges, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e**
469 **Juventude – SMELJ:** Eu concordo. Ainda mais que envolve valores, foge da nossa alçada. A
470 PGM deveria emitir o parecer, a gente diz sim ou não. Então, teria esse respaldo jurídico e
471 cabe ao Conselho, por ser soberano, dizer se acata ou não o entendimento da PGM, porque,
472 futuramente, se ele ingressar com uma ação contra o município vai ser a PGM quem vai
473 responder. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
474 **Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** A PGM já deu o parecer dela, segue-se o edital e a
475 competência é do CMDCA. A PGM não vai dizer o que é certo ou errado, até porque se ela
476 chegasse e falasse para nós, nós mesmos: “Pô e a nossa autonomia cadê?” **Frei Luciano Elias**
477 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Carol, talvez eu não me fiz
478 entender. Quem subsidia o Conselho nas decisões, porque nós temos que ter um lastro jurídico

479 para amparar. Na verdade, quem vai decidir somos nós, mas ela pode apontar os dois
480 caminhos, qual a perspectiva. É isso que nós estamos pedindo, para nos subsidiarem para nós
481 podermos decidir dentro de critérios jurídicos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
482 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):** Então, temos que
483 retomar a comissão, que isso independe de análise ou não da PGM, aí provocar a PGM para
484 nos trazer embasamentos até mesmo para a comissão. Pode ser assim? Então, podemos votar a
485 restauração da Comissão Especial, com poderes de Comissão Eleitoral, para análise do caso
486 João Virgílio. **Theresinha Bastos, Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do**
487 **Adolescente – MDCA:** A Comissão são as duas meninas que trabalharam e mais o Rodrigo?
488 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
489 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Exatamente. Então, quem é favorável, por favor, levantar a mão.
490 Alguém contra? Alguma abstenção? Uma abstenção. **APROVADO COM 01 ABSTENÇÃO.**
491 Kátia, depois eu peço ao Paulo para auxiliar, mas a gente vai encaminhar para a PGM, para
492 que possa se manifestar, para orientar se a gente decidir A ou B o que pode acontecer, até de
493 impacto mesmo para a cidade. Isso eu acho que não entra muito na nossa decisão, mas ainda
494 sim daria um respaldo, uma segurança um pouco maior. **Priscila Contini Marcondes,**
495 **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS:** Carol, eu acredito que a PGM tendo a
496 informação correta pode modificar o parecer opinativo que tenha dado anteriormente, porque
497 dificilmente eles entenderiam que não era atribuição deles. Então, a gente pode dar esse voto
498 de confiança neste momento, porque talvez a PGM tenha entendido de maneira equivocada,
499 talvez não tenha sido explicado corretamente ou esclarecido o viés da coisa. Realmente,
500 decisões são tomadas pelo CMDCA, mas essa questão jurídica e orientadora é uma
501 necessidade da PGM, porque havendo um processo judicial quem responderá em nome do
502 Município é a PGM. Então, é importante que a PGM tome conhecimento e orientando qual é a
503 estratégia jurídica adequada a ser adotada pelo CMDCA. Obrigado. **Carolina Aguirre da**
504 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (TOPOGIGIO):**
505 Tranquilo. A gente vai fazer um encaminhamento da forma mais correta. Conselheiros, eu os
506 entrego ao Paulinho. Eu continuarei no online, mas aí a gente se fala. **Theresinha Bastos,**
507 **Movimento, Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA:** Boa sorte
508 lá! **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
509 **CAIMC (TOPOGIGIO):** Para todos nós! **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
510 **Criança:** Então, vamos continuar. Só dar um retorno que o Everton trouxe sobre o GT

511 Vínculo SUAS, do projeto técnico que envolve os adolescentes. Então, foi trabalhado no GT e
512 aquelas considerações do CMDCA foram acolhidas, tinha algumas do Fórum. Então, foi
513 entregue para ir ao CMAS. Era isso. Foi sugerido que a gente tenha uma reunião com a
514 Executiva do CMAS, porque agora vai ser avaliado com eles e pode ter mudança ainda no
515 decorrer. Então, pediram um alinhamento, porque as nossas considerações também podem ser
516 vetadas. Era isso. O que mais temos aqui? Agora passamos para as comissões. É Comissão
517 Mista, né? **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Nós
518 estamos fazendo essa dobradinha para agilizar. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
519 **Criança:** E a Comissão de Registro? **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:** A
520 Comissão de Registro não tem nenhum para a plenária esta semana. Só tem uma coisa que a
521 Carol falou comigo, que é sobre a ADRA, que além da visita da semana que vem, de que fosse
522 feito um ofício pedindo alguns esclarecimentos, a Carol falou no MP, mas não sei exatamente
523 o que precisa conter no ofício, quais são esses esclarecimentos. A visita, o carro, está tudo ok,
524 mas esse ofício que fiquem com dúvida. Eu fico à disposição para auxiliar, mas não sei
525 exatamente precisa conter no ofício. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:**
526 Eu vejo com ela e coloco no grupo do Registro. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:**
527 Talvez seja aquela função de não ter registro em Curitiba. **Paulo Francisco da Silva,**
528 **Pequena Casa da Criança:** O João sabe. João Rocha! Está sem áudio. Ao Ministério Público
529 é só para pedir informações. João! **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina**
530 **Providência – IPSDP:** O João está colocando ali sobre o que foi encaminhado semana
531 passada, para construir ofício e também agendar reunião. **Eduarda Roos, Casa do Menino**
532 **Jesus de Praga:** Kátia, pode verificar no SIAS se tem algum histórico da ADRA. Também
533 precisamos decidir quem serão os representantes que irão realizar essa visita, porque tem
534 muitas questões e talvez as pessoas interessadas também possam comparecer na visita. **Frei**
535 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A questão da
536 idoneidade é um dos critérios aqui, porque às vezes uma instituição... Como no caso, uma vez
537 fomos a uma instituição, fomos fazer uma plenária lá na zona norte, houve ameaças aos
538 membros do CMDCA. E lá havia uma questão de conflito e de idoneidade, foi destituída a
539 instituição. Mas, outrora, no passado. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Sim,
540 João, tem que olhar o histórico. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:**
541 Então, verificar no SIAS e tem registro e se já teve programa inscrito. Então, visita agendada
542 para quarta-feira pela manhã, às 9h30min. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**

543 **Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que antigamente a ADRA tinha acolhimento
544 institucional e fechou por algum motivo. **Eduarda Roos, Casa do Menino Jesus de Praga:**
545 Eu acho que o SIAS pode retratar esse histórico. Ou quem tiver o interesse de ir, mas não
546 puder por causa do horário, pode colocar ponto, perguntas que no momento da visita a gente
547 possa verificar. **José Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** Na visita eu acho que vocês vão
548 olhar muito mais em relação ao espaço, aos programas e serviços desenvolvidos. Tem outra
549 questão que tem que ser vista, que é o que já foi trazido. **Frei Luciano Elias Bruxel,**
550 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** De repente tem uma nova diretoria,
551 totalmente diferente de 10 anos atrás. [Falas concomitantes]. **Paulo Francisco da Silva,**
552 **Pequena Casa da Criança:** Feito! Então, é fazer a visita e paralelamente o ofício. Vamos
553 avançar? A próxima comissão. Comissão de Políticas? **Francine Idiart, Instituto Pobres**
554 **Servos da Divina Providência – IPSDP:** É um certificado para captação de recurso. É a
555 ASPJ – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA TERESA DE
556 JESUS. SEI 23.0.00060705-3: Projeto de qualificação dos espaços físicos do Serviço de
557 Convivência através da aquisição de material permanente para melhor atender 144 crianças e
558 adolescentes de 06 a 14 anos. Valor total de R\$ 57.261,20, 5% de retenção. A comissão é de
559 PARECER FAVORÁVEL. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos**
560 **Excepcionais de Porto Alegre, APAE/POA:** É a Comissão Mista. **Francine Idiart,**
561 **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Isso, em conjunto. **Paulo**
562 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Então, vamos para a votação. Quem é
563 favorável ao parecer da comissão? Alguém é contra? Alguma abstenção? Então, **APROVADO**
564 **POR UNANIMIDADE.** **Márcia, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Fora isso a
565 gente analisou mais 12 projetos, mas a gente deu encaminhamento para a Secretaria. **José**
566 **Alfredo Nahas, Parceiros Voluntários:** A Finanças também avaliou todos os projetos e feitos
567 os despachos. Não tinha nada para trazer. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
568 **Criança:** Então, alguém tem algum informe? Eu vou iniciar, dia 15, terça-feira, a Pequena
569 Casa da Criança faz 67 anos. [Aplausos]. Então, vamos ter a celebração de uma missa em ação
570 de graças. Quem tem mais informe? Era isso, pessoal? Então, encerramos! Feito!
571 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos
572 Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia
573 Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de
574 veracidade.